

available since it had long been out of print. Thus, the present edition, in both hardcover and in paperback, meets clear needs of the reading public.

In addition, the contents of this edition merit special commentary, for it includes not only the contents of the preceding edition, among which the Glossary, pp. 559-613, is of special interest, both for full and correct understanding of the language of the translation by resolving possible problems resulting from Chapman's meanings and spellings, as well as for insights into the history of English vocabulary during the sixteenth century, since there are indications of forms and spellings introduced by Chapman, in many cases correcting or supplementing information provided by the *New English Dictionary*. There is also a special preface to the paperback edition by Garry Wills (pp. vii/-xiii).

Wills begins his preface with the following premise: "To measure up to the *Iliad's* greatness, a translator must find something in his or her own world that resonates with the ethos of the original work. His hypothesis is that the "cosmologizing" of man in the Renaissance provided a connection between Homer's gods and his heroes that Chapman could take seriously. The remainder of the preface consists of a textual analysis with citations and commentaries in support of the hypothesis, along with observations regarding matters of spelling and pronunciation, and on the expressive nature of certain parts of the translation.

BRIAN FRANKLIN HEAD

Emeritus professor, University of Albany

bflh22333@gmail.com

[http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718\\_67\\_14](http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718_67_14)

CORNELLI, Gabriele, Costa, Gilmário Guerreiro da (Orgs.). *Estudos Clássicos*. Vol. I: *Origens do Pensamento Ocidental*. Brasília: UNESCO, Cátedra UNESCO Archai; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; São Paulo: Annablume editora, 2013. 164 pp. (Coleção Filosofia e Tradição; 1). ISBN: 978-7652-182-2

A Cátedra UNESCO Archai promove, desde 2001, a investigação e reflexão filosófica interdisciplinar sobre as origens do pensamento ocidental, de um ponto de vista histórico, filosófico, ético e político. Respondendo ao interesse crescente pelos estudos clássicos no Brasil, o volume 1 da Coleção Filosofia e Tradição oferece ao público aquele que foi o primeiro curso

de especialização em Estudos Clássicos, oferecido em 2012 pela Cátedra UNESCO Archai e pelo Núcleo de Estudos Clássicos da Universidade de Brasília.

O volume, que se apresenta como o primeiro de três, contém os textos principais das aulas daquele curso, em que participou uma pequena equipa de professores de Portugal e do Brasil, nomeadamente os textos de Delfim Leão (Universidade de Coimbra), Edrisi Fernandes (Universidade de Brasília), André Chevitarese (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Gabriele Cornelli (Universidade de Brasília). A cada autor corresponde uma de quatro Partes (cada uma das quais com um ou dois capítulos) que bem espelham a largueza de visão que presidiu ao projecto. Para os autores do projecto, as origens do pensamento ocidental não se esgotam na matricialidade inevitável da Grécia clássica (Delfim Leão e Gabriele Cornelli). Os autores vão mais além e indagam as origens orientais da própria cultura clássica (Edrisi Fernandes) e a fecundidade das relações entre cristianismo, judaísmo e helenismo (André Chevitarese).

Uma introdução aos estudos clássicos é escrita por Delfim Leão, que nos apresenta o primeiro grande monumento literário da cultura ocidental. Com elevado sentido de síntese, Delfim Leão insere-nos no essencial da questão homérica e da natureza específica dos poemas daquele que os gregos consideravam o verdadeiro educador da Grécia. Num texto focado na figura fundadora de Homero e na riqueza simbólica de Ulisses, cada traço do herói “que muito sofreu” expõe a força dinâmica da *arete* do espírito grego. Mas o “herói da imaginação, do sacrifício e do conhecimento” é também iluminado pelas aventuras de Telémaco, que exprime a noção de salvaguarda da própria identidade. As reflexões sobre o filho de Ulisses em busca do pai, como se buscasse a sua identidade a partir das próprias origens, remetem-nos para a importância de conhecermos a nossa própria identidade, a fim de valorizarmos o que somos como cultura e como povo, nomeadamente quando nos encontramos com paradigmas culturais diferentes, como aliás aconteceu a Telémaco, em contacto com figuras da *Iliada* que incarnavam paradigmas distintos de seu pai. Com base nessa certeza, o capítulo inicial de Delfim Leão sublinha portanto a pertinência sempre actual do tema que congrega a obra, *Origens do pensamento ocidental*: “Uma civilização que não tenha consciência do seu passado, das suas raízes linguísticas, do seu património cultural, em suma, da sua própria natureza matricial, não pode, obviamente, ter futuro, pois está condenada a vaguear em uma constante deriva identitária” (p. 22). O segundo capítulo contém

uma visão bastante original e operativa da cultura clássica. “Do polites ao kosmopolites” foca a época da hegemonia macedónica na Grécia e as complexas mudanças políticas e culturais do tempo de Alexandre, tal como o seu título bem sintetiza. Com a segurança e conhecimento de quem já se especializou na questão, o autor expõe de forma fundamentada e clara a mudança de paradigma cultural, antes centrado na especificidade da *polis* grega e finalmente sujeito a um programa de intensa miscigenação, ou seja, substituindo um movimento cultural centrípeto por uma dinâmica cultural marcadamente multi-étnica e de dimensão cosmopolita, que é aquela em que a Europa se reconhece.

A segunda Parte, de Edrisi Fernandes (Universidade de Brasília), ocupa-se de um tema por muitos anos negligenciado nos Estudos Clássicos, mas hoje reconhecido por todos os especialistas: o exame das origens orientais de alguns traços fundamentais constitutivos da cultura clássica. Com base nas descobertas históricas das últimas décadas, o autor desvela as origens orientais de diversos estratos da cultura grega desde os tempos mais remotos da Grécia anterior aos gregos, com maior ênfase para o domínio da filosofia. A variedade de títulos que o autor domina e com os quais enriquece a bibliografia, mostra, porém, que a posição de Edrisi Fernandes na matéria, longe de ser uma perspectiva singular, que vem impor-se a uma historiografia de tendência helenocêntrica, alinha afinal com a posição da historiografia dominante, que tem vindo a valorizar de forma crescente a “excentralidade” da cultura europeia, evidente desde logo não apenas na origem do termo que designa o continente que habitamos, como também na figura mítica homónima. Assim, em tom aparentemente polemista e apaixonado, partilhado aliás pelos co-editores na Apresentação do livro (pp. 9-14), o autor parece combater adversários que não identifica, o que cria no leitor a expectativa de uma polémica que não chega a concretizar-se. Mas isso, se não acrescenta, também não diminui o valor deste longo estudo (pp. 37-76), dotado de visível profundidade científica, e de clara intencionalidade didáctica, como requer a natureza da publicação.

Na terceira Parte, André Chevitarese, da UFRJ, situa 1Cor 12,12-27 no contexto literário mediterrânico. Interpreta aquele passo de São Paulo e a metáfora do corpo humano como expressão da unidade orgânica da Igreja, à luz de modelos literários comuns aos autores do Mediterrâneo Antigo e presentes em Dioniso de Halicarnasso, Tito Lívio, Esopo e Xenofonte. A comparação vai mais além e foca-se em outros passos concretos do Novo Testamento, nomeadamente dos Evangelhos sinópticos, que encontram

modelos literários comuns em Plutarco e, de novo, em Esopo. Em termos literários, causa alguma estranheza encontrar a designação ‘historietas de fundo moral’ aplicada àquilo que na verdade constitui um conjunto de *topoi* literários comuns entre os autores cotejados.

A pertinência do exercício de comparação realizado sobre o primeiro texto de São Paulo não é a mesma que podemos atribuir às comparações seguintes, que se apresentam mais frágeis e aparentemente aleatórias, nomeadamente, quando o autor trata os ditos de escárnio dos relatos sinópticos da paixão, em comparação com as fábulas de Esopo. Assinalável é o rigor metodológico que presidiu ao exercício de comparação de cada narrativa, ao qual o autor dedica as primeiras páginas. No segundo capítulo, o autor retoma um texto originalmente publicado em *Cristianismos: questões e debates metodológicos*. Rio de Janeiro, Klíne, 2011 e aplica a mesma análise comparativa a diversas versões do sacrifício de Isaac, narrado em Génesis 22: 1-19, em articulação com outros textos da literatura judaica (Josefo, o Pseudo-Fílon, ou o Livro dos Macabeus), incluindo não só a documentação literária mas também iconográfica, e revelando um grande domínio do intertexto bíblico e dos processos de historização exegética. Para levar ao fim este interessante estudo hermenêutico de natureza comparativa, esperamos que, examinadas as semelhanças, o autor venha a estabelecer também as diferenças que emergem de uns e de outros textos, sem as quais eles ficam privados do seu sentido.

No âmbito da filosofia antiga, na quarta e última parte, Gabriele Cornelli, da Universidade de Brasília, traz-nos uma reflexão corajosa acerca da natureza dialógica e dramática da filosofia platónica, defendendo que as numerosas críticas à tragédia, presentes nos diálogos de Platão, não significam uma recusa definitiva do modelo trágico por parte do filósofo. Pelo contrário, o autor defende que teria sido na crítica à tragédia que Platão teria repensado a sua conceptualização antropológica e política. A figura de Alcibiades, no *Banquete*, é objecto do último estudo, em que G. Cornelli lança as pistas mais diversas, por vezes antagónicas mas sempre fundamentadas, para a investigação futura acerca do sentido daquela controversa figura, tão relevante para a compreensão do *Banquete* de Platão.

O desenvolvimento natural deste projecto em busca das *Origens do pensamento ocidental* aguarda agora uma investigação no âmbito dos estudos da Cultura de Roma Antiga, sem a qual a cultura e o património de Atenas e Jerusalém não teriam alcançado o território mais a Ocidente ao qual pertencemos.

E se nos importa conhecer a nossa própria identidade, a fim de valorizarmos o que somos como cultura e como povo (p. 21), isso não nos impede de reconhecer serenamente ora o encanto ora o desencanto dos legados plurais que recebemos, na medida em que eles promovam ou firam a dignidade da pessoa humana, no que ela tem de mais intrínseco. Quando os estudos humanísticos perdem de vista este critério, tornam-se vítimas das armadilhas ideológicas que tentam combater.

MARGARIDA MIRANDA

Universidade de Coimbra

mmirandafluc@gmail.com

[http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718\\_67\\_15](http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718_67_15)

CORTEZ, Ives. *Le français ne vient pas du latin! Essai sur une aberration linguistique*. Paris: L'Harmattan, 2007.

A tese do livro é a seguinte: a partir do século II antes de Cristo, os romanos eram bilingues, utilizando o italiano como língua falada e o latim como língua escrita; são estas as duas línguas que os romanos levaram a todas as regiões que conquistaram. Assim, na França, na Espanha e na România os povos abandonaram as suas respectivas línguas e passaram a empregar o italiano como língua falada, usando o latim apenas como língua escrita.

A fim de provar a referida tese, o Autor oferece sete «provas»: (1) a latim era uma língua morta a partir do século I depois de Cristo, (2) o vocabulário de base das línguas românicas não é o latim, (3) a gramática das línguas românicas não herdou nada do latim, (4) as línguas evoluem muito lentamente, (5) toda a etimologia oficial da língua francesa é fantasiosa, (6) as línguas românicas são quase idênticas, (7) o antigo francês é um francês «italianizado».

Na segunda parte do livro pretende responder à pergunta «De onde vem o nosso engegamento?». O Autor começa por alegar algumas falhas por parte dos linguistas, citando especialmente Antoine Meillet, o grande indo-europeísta do século XX. Depois, faz afirmações em relação ao parentesco itálico e indo-europeu, descreve sucintamente o que considera ser as implicações da convivência entre dois povos (*Latins, Italiens*) no Império Romano, referindo sobretudo a preponderância da unilateralidade no intercâmbio linguístico. Considera que o canal duplo da igreja e da universidade é responsável pela impressão de um elevado grau de parentesco